

Conscientização e enfrentamento de periódicos predatórios: um estudo sobre o conhecimento dos estudantes *strictu sensu* na UDESC

Orestes Trevisol Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação, Florianópolis, SC, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5446-2153>
Orestes.trevisol@udesc.br

Ana Clara Cândido

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação, Florianópolis, SC, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1897-3946>
ana.candido@ufsc.br

Dayane Dornelles

Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Gestão da
Informação, Florianópolis, SC, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4171-6502>
dayane.dornelles@udesc.br

ARTIGOS

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v18.n1.2025.55435>

Recebido/Recibido/Received: 2024-09-05

Aceito/Aceptado/Accepted: 2025-05-30

Publicado/Publicado/Published: 2025-10-21

Resumo

Este estudo teve como objetivos investigar os conhecimentos dos estudantes *strictu sensu* sobre periódicos predatórios; avaliar se as ações de conscientização promovidas pela biblioteca universitária atingiram esse público; e refletir sobre o papel dos bibliotecários(as) no enfrentamento dos periódicos predatórios. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa. Os dados foram coletados a partir da aplicação de um *survey* enviado por *e-mail* a todos os programas de pós-graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina que oferecem cursos de mestrado e doutorado. A amostra é composta por 357 respondentes, dos quais 244 afirmaram saber do que se trata o assunto dos periódicos predatórios, 60 não tinham certeza e 53 responderam não conhecer. Entre os 357 respondentes, apenas 15 publicaram artigos mediante convites. Embora haja um número significativo de pesquisadores que estejam conscientizados sobre o tema, é oportuno que bibliotecários universitários atuem em conjunto com docentes para fortalecer a competência de identificação dos periódicos legítimos e predatórios. Trata-se de um fenômeno relativamente recente, porém, com crescimento dinâmico no ambiente da divulgação científica, sendo estudos desta natureza importantes para trazer o tema para o debate crítico e preventivo.

Palavras-chave: Periódicos Predatórios. Biblioteca Universitária. Comunicação Científica.

Awareness and Addressing of Predatory Journals: A Study on the Knowledge of Strictu Sensu Students at UDESC

Abstract

The aim of this study was to investigate students' knowledge of predatory journals in the strict sense of the word, to evaluate whether the awareness-raising activities promoted by the university library reached this public, and to reflect on the role of librarians in the confrontation with predatory journals. This is an exploratory, descriptive, and quantitative study. Data was collected by applying a survey sent by email to all graduate programs at the State University of Santa Catarina that offer Master's and Doctoral courses. The sample consisted of 357 respondents, of whom 244 declared to know what the subject of predatory journals is, 60 were not sure and 53 did not know. Of the 357 respondents, only 15 reported having invited to publish. Although there is a significant number of researchers who are aware of the issue, it is appropriate that university librarians, together with teachers, act to strengthen the competence of identifying legitimate and predatory journals. This is a relatively recent phenomenon but given the dynamic growth of the scientific dissemination environment, studies of this kind are important to open up the issue to critical and preventive debate.

Keywords: Predatory Journals. Academic Library. Scientific Communication.

Conciencia y Enfrentamiento de Periódicos Depredadores: Un Estudio sobre el Conocimiento de los Estudiantes Strictu Sensu en la UDESC

Resumen

Este estudio tuvo como objetivos investigar los conocimientos de los estudiantes strictu sensu sobre revistas depredadoras; evaluar si las acciones de concienciación promovidas por la biblioteca universitaria alcanzaron a este público; y reflexionar sobre el papel de los bibliotecarios en el enfrentamiento de las revistas depredadoras. Se trata de un estudio exploratorio, descriptivo y de enfoque cuantitativo. Los datos fueron recolectados a partir de una encuesta enviada por correo electrónico a todos los programas de posgrado de la Universidad del Estado de Santa Catarina que ofrecen cursos de maestría y doctorado. La muestra está compuesta por 357 encuestados, de los cuales 244 afirmaron saber de qué se trata el tema de las revistas depredadoras, 60 no estaban seguros y 53 respondieron no conocerlo. Entre los 357 encuestados, solo 15 publicaron artículos mediante invitaciones. Aunque hay un número significativo de investigadores que están concienciados sobre el tema, es oportuno que los bibliotecarios universitarios colaboren con los docentes para fortalecer la competencia en la identificación de revistas legítimas y depredadoras. Se trata de un fenómeno relativamente reciente, pero con un crecimiento dinámico en el ámbito de la divulgación científica, siendo estudios de esta naturaleza importantes para llevar el tema al debate crítico y preventivo.

Palabras clave: Revistas depredadoras. Comunicación científica. Biblioteca universitária.

1 Introdução

Nos últimos três anos, editoriais de periódicos nacionais e entrevistas publicadas neles evidenciaram a preocupação dos editores ou pesquisadores acerca da emergência dos periódicos predatórios e o impacto desse fenômeno no desenvolvimento da ciência, sobretudo, nas questões éticas e de integridade científica (Barreto Segundo, 2019; Carvalho; Santos Júnior, 2020; Correa, 2022; Cranley; El-Masri, 2023; Mira, 2023; Zaccaron; Behnck; Beall, 2024).

Diante dos danos causados pelos periódicos predatórios, Guimarães e Hayashi (2023) enfatizam que é necessário um agir coletivo, no qual autores, editores, empresas que oferecem serviços de bases de dados e instituições ligadas à pesquisa e ao fomento se comprometam com uma comunicação científica ética e transparente, criando mecanismos para combater os periódicos predatórios. Especialmente, cabe aos pesquisadores a capacidade de identificar

periódicos legítimos de periódicos predatórios. Conforme menciona Habiba e Ahmed (2024), dada a prevalência dos periódicos predatórios, também cresce o número de publicações sobre o tema que busca a identificação e o entendimento do fenômeno para a ciência.

Nessa perspectiva, em 2023, o Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT) mapeou revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias. Nesse levantamento, os pesquisadores analisaram 478 títulos e verificaram que 66 deles são brasileiros, por fim, listaram os 10 títulos mais recorrentes e o valor de APC (*Article Processing Charges*) cobrado em reais por cada um (Andrade *et al.*, 2023).

Ao realizar uma pesquisa por título e assunto na *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações* (BDTD) e no *Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto* (Oasisbr), com os termos "periódicos predatórios" OR "revistas predatórias" OR "publicações predatórias", foi localizada apenas uma dissertação com esse enfoque. Nesse estudo, Fernandes (2022) investigou o impacto dos periódicos predatórios nas pesquisas inseridas na área de avaliação de Química no Brasil.

Não foram localizados na literatura nacional estudos que verificam o nível de conhecimento e ou as predileções de estudantes de pós-graduação em relação à publicação de artigos em PP (Periódicos Predatórios ou Publicações Predatórias). Observou-se estudo que cruza títulos presentes na lista de Beall com títulos que constam nas avaliações quadrienais na Plataforma Sucupira (Qualis Capes), como é o caso de Carmo, Rezende e Lobato (2024). Outros estudos atentam para o perigo das revistas predatórias em Enfermagem (Correa Júnior *et al.*, 2023) e em Educação (Ferreira, 2023b), principalmente pelo fato de jovens pesquisadores serem ludibriados por convites e pela pressão por publicar.

Mediante o exposto, constata-se uma lacuna de pesquisa, sejam teóricas e aplicadas sobre o tema no âmbito nacional, diferente do cenário internacional, onde essa discussão ocorre com mais intensidade nas últimas décadas. Chen *et al.* (2023) projetaram o sistema de automação (*software*) Academic Journal Predatory Checking System (AJPC) que permite a identificação de periódicos predatórios, John Kennedy e Chidozie (2023) alertam sobre os perigos e dados causados pelos periódicos predatórios tanto para autores como para a ciência.

Beall (2012, 2017), bibliotecário norte-americano, autor e editor de duas *black lists*, já denunciava a usurpação do modelo de acesso aberto por periódicos predatórios mediante o pagamento de taxas por parte do autor e dos riscos para a integridade científica. Por sua vez, Berger e Cirasella (2015) explicam que editoras predatórias são anteriores ao Movimento de Acesso Aberto, e devido ao sucesso de modelo aliado à cobrança de taxas para publicação, esse fenômeno se intensificou. Conforme explica Oliveira (2017, p. 4), "[...] as revistas e editoras

predatórias se disfarçam de *open access* e cobram taxas para publicar rapidamente e com pouco rigor analítico artigos com qualidade duvidosa.”.

No entanto, não se deve confundir o modelo de acesso com a qualidade das publicações, ou seja, não estereotipar o acesso aberto à baixa qualidade das publicações, ou que acesso livre é sinônimo de baixa qualidade. Até mesmo porque alguns títulos que seguem essa filosofia não cobram taxas do autor e nem leitor (Berger; Cirasella, 2015; Oliveira, 2017).

Essa pesquisa parte de um contexto institucional, sendo uma das ações desenvolvidas para o enfrentamento dos periódicos predatórios em uma universidade pública estadual localizada em Santa Catarina, Brasil. As ações anteriores envolveram dois momentos, inicialmente a comunidade acadêmica foi convidada a participar de palestra e, posteriormente, foi criado um *folder* e disseminado com os programas de pós-graduação, a fim de alertar os(as) alunos(as).

Portanto, questiona-se: Os alunos *strictu sensu* da Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC) têm consciência sobre periódicos predatórios? Como eles tomaram ciência sobre esses canais de comunicação ilegítimos, eles já foram abordados por títulos que enviam *e-mails* de forma insistente? Como esse fenômeno é abordado no contexto acadêmico da UDESC? Os objetivos do artigo são: Investigar os conhecimentos que os estudantes *strictu sensu* da UDESC possuem sobre PP; verificar se ações de conscientização promovidas pela Biblioteca Universitária (BU UDESC), especificamente a palestra e o *folder*, alcançaram esse público e, por consequência, refletir sobre o papel dos(as) bibliotecários(as) no enfrentamento dos periódicos predatórios.

Com este estudo, espera-se fomentar novas pesquisas empíricas sobre o fenômeno das PPs, em diferentes contextos e públicos. No decorrer do texto apresenta-se a fundamentação teórica, na sequência, os procedimentos metodológicos, a apresentação e a discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais e referências.

2 Periódicos predatórios: características e evidências

Esta seção se destina a apresentar as pesquisas empíricas sobre PP, mas antes, apresentamos o conceito adotado neste estudo. Grudniewicz *et al.* (2019) explicam que foi no final da segunda década deste século que a comunidade acadêmica chegou a um consenso sobre PP, isso aconteceu no Canadá, mais precisamente no ano de 2019. Isso ocorreu em um contexto em que editores, pesquisadores, instituições de fomento à pesquisa, bibliotecários etc. vinculados às Ciências Biomédicas de diferentes países sinalizaram um conceito, que pode ser assumido amplamente.

[...] revistas e editoras predatórias são entidades que priorizam o interesse próprio em detrimento do conhecimento e são caracterizados por informações falsas ou enganosas, por não utilizarem boas práticas editoriais e de publicação, falta de transparência e/ou uso de práticas agressivas e indiscriminadas de solicitação (Grudniewicz *et al.*, 2019, p. 211, tradução própria).

Neste ano de 2024 foi publicada na Revista *Encontros Bibli* uma entrevista com o bibliotecário e precursor das *Black lists* Jeffrey Beall, que define editoras predatórias como “editoras acadêmicas de acesso aberto que exploram de forma antiética o modelo de acesso aberto para seu próprio lucro. Elas usam a enganação, não são transparentes e não seguem os padrões da indústria de publicação acadêmica” (Zaccaron; Behnck; Beall, 2024, p. 3).

Nota-se que as principais características de periódicos predatórios identificadas pelos autores remetem a títulos chamativos e muitas vezes camaleônicos, os quais imitam títulos renomados. As instituições responsáveis são desconhecidas ou não declaradas. Os membros dos conselhos editoriais podem ser fictícios e desconhecidos, seus vínculos institucionais duvidosos. O foco e o escopo desses periódicos costumam ser generalistas (Barreto Segundo, 2019; Grudniewicz *et al.*, 2019; Guimarães; Hayashi, 2023; Mainardes, 2020; Mira, 2023).

Ademais, carecem de diretrizes éticas, fluxos editoriais e podem apresentar dados incorretos e falsos (ISSN, DOI, ORCID). O número de artigos publicados é muito alto, e os convites para submissão são feitos por *e-mail*, frequentemente associando a rápida publicação ao pagamento de taxas pelo autor. Os sites são limitados em relação aos processos editoriais, falta transparência no processo de revisão por pares, os avaliadores não são identificados. Normalmente, os artigos são aceitos e publicados em dias. Sobre a indexação, possuem indexadores duvidosos e métricas de citação falsas, em suas abordagens sugerem a publicação de trabalhos apresentados em eventos (Barreto Segundo, 2019; Grudniewicz *et al.*, 2019; Guimarães; Hayashi, 2023; Mainardes, 2020; Mira, 2023).

Dito isso, muitos estudos empíricos foram desenvolvidos a fim de compreender esse fenômeno e suas condicionantes. Tais investigações foram aplicadas com estudantes, pesquisadores(as), professores(as) universitários(as), bibliotecários(as).

Schira e Hurst (2024) investigaram o conhecimento de alunos de graduação de uma universidade Canadense sobre os Periódicos Potencialmente Predatórios (PPP). Um total de 12 alunos foram divididos em três grupos e participaram de grupos focais que exploraram os conhecimentos desses sobre revisão por pares, acesso aberto e periódicos potencialmente predatórios. Em etapa anterior, os alunos realizaram uma atividade acadêmica, quando os pesquisadores analisaram as bibliografias por eles utilizadas e concluíram que nenhum aluno havia utilizado um periódico predatório. Apenas 5 alunos mencionaram algum conhecimento

sobre PPP, e associando as seguintes características: pagamento para publicação, artigos que não passam pela revisão por pares e artigos duvidosos. Ademais, nenhum aluno apontou cuidados para identificar artigos oriundos de PPP, não foram mencionadas *black lists* e tão pouco programas ou formas de orientar os alunos sobre esse fenômeno.

O estudo de Habiba e Ahmed (2024) analisa professores universitários de instituições públicas (77%) e privadas (23%) de Bangladesh. A amostra baseou-se no *ranking* das 33 universidades mais bem posicionadas daquele país. Visando à perspectiva de como as universidades podem contribuir para a identificação de periódicos predatórios, foram aplicados questionários a um total de 391 participantes. Os resultados do estudo revelam o **conhecimento dos participantes sobre periódicos de acesso aberto** daqueles de política fechada, e a maioria dos participantes acredita que essas categorias de periódicos não possuem o mesmo valor. A variável idade dos participantes se mostrou influente, ao observarem que os professores seniores têm mais artigos escritos, isso pode resultar em um número maior de seus artigos publicados em periódicos de acesso aberto, em comparação às publicações mais jovens.

Verificou-se também que os professores mais jovens e menos experientes eram mais propensos a perceber as implicações negativas de uma publicação em PP. Embora seja necessário considerar que a percepção de que a publicação em periódicos desta natureza possa **prejudicar a imagem e integridade acadêmica**, foi um resultado significativo entre os professores participantes. Com relação ao papel das universidades na identificação dos PPs, a maioria dos participantes reconhece que há potenciais iniciativas para que isso possa ser feito em nível institucional. Foram elencadas algumas ideias sobre isso, como: informações especializadas compartilhadas em sites de bibliotecas e oferta de oficinas de treinamento, desenvolvimento (interno) de uma lista de verificação, orientações oferecidas por um grupo de peritos e bibliotecários. Apesar disso, a autoconfiança em realizar essa identificação por conta própria é evidenciada por quase metade dos participantes, conforme mencionado pelos autores, é um resultado que corrobora com outras evidências empíricas anteriores (Habiba; Ahmed, 2024)

Downes (2024) investigou indivíduos, por ele denominados de personagens de estoque, que compõem os conselhos editoriais de periódicos predatórios e aparecem 20 vezes ou mais nos conselhos editoriais no ano de 2023. Os personagens de estoque emprestam seus nomes e filiações para “qualificar” o periódico, ou tem sua identidade roubada. A partir de *Blacklist* de Beall, o autor identificou 96 personagens de estoque, depois disso enviou *e-mail* para eles com planilha anexo, tendo o retorno de 17 indivíduos. No *e-mail* foi explicado o motivo do contato e foram solicitadas mais informações sobre a participação das pessoas nos conselhos editoriais listados. Downes (2024) constatou que seis indivíduos tiveram suas identidades foram roubadas,

ou seja, usadas inapropriadamente e sem consentimento. O autor destaca que alguns indivíduos, rotulados de pseudo acadêmicos, não se importam em consentir com empréstimo de seus nomes, inclusive destacam esse papel editorial nos seus currículos e publicam artigos nesses canais.

Barker *et al.* (2023) investigaram as percepções de especialistas em Síntese de Evidências (revisões sistemáticas, revisões de escopo) acerca da utilização e seleção de artigos publicados em periódicos predatórios. O formulário da pesquisa foi amplamente divulgado por *e-mail* para órgãos proeminentes como: Joanna Briggess Institute (JBI), Cochrane, Guidelines International Network (GIN), Campbell Collaboration e GRADE, além de ser disseminado também em mídias sociais. Participaram do estudo 264 entrevistados de diversos países entre eles Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, Austrália e Espanha, entre outros, incluindo, principalmente, pesquisadores, docentes, bibliotecários e outros profissionais. Destaca-se que 80 (31%) participantes declararam que estudos publicados em periódicos predatórios apresentaram características como:

Eles seguem metodologias inadequadas ou deficientes (procedimentos, métodos etc.); A qualidade dos relatórios é ruim (inglês, gramática etc.); O processo de revisão por pares (se houver) é ambíguo e não transparente; os dados apresentados estão incompletos ou foram analisados incorretamente; eles não poderiam ser publicados em nenhum outro lugar (devido à qualidade) (Barker *et al.*, 2023, p. 375, tradução própria).

Os entrevistados foram indagados se estudos publicados em periódicos predatórios poderiam ser incluídos na Síntese de Evidências, 112 (39%) respondentes destacaram que se o estudo apresentar alta qualidade ele pode ser incluído, ou se os resultados forem validados, atestaram 39 (13%) dos respondentes. Ou seja, a reputação do periódico por si não leva a exclusão do estudo, mas sim os critérios de qualidade. Ademais, fica o alerta de bases de dados confiáveis como *PubMed*, *Embase*, *Scopus*, *Web of Science* e *Ovid MEDLINE* apresentarem, em seus resultados, estudos publicados em periódicos predatórios (Barker *et al.*, 2023).

El Bairiet *al.* (2023) descrevem a experiência de dois cursos a distância para pesquisadores Marroquinos, com ênfase em Periódicos Predatórios. Dois Webinars foram ofertados gratuitamente nos meses de fevereiro e março de 2021, contemplando mais de 500 participantes. Os objetivos das capacitações incluíram características e identificação de periódicos predatórios, indexação de periódicos e recomendações para autores. Os autores destacam o potencial de cursos *on-line* na conscientização dos pesquisadores, uma vez que a promoção de cursos sobre ética, melhores práticas de publicação e metodologia de pesquisa são possíveis e acessíveis para países subdesenvolvidos ou de baixa renda.

Buitrago-Ciro e Bowker (2020) examinam a resposta das bibliotecas universitárias para o assunto dos periódicos predatórios, utilizando como amostra instituições dos Estados Unidos, Canadá e países da América Latina do idioma espanhol. Os resultados evidenciam diferentes tipos de abordagens utilizadas nessas regiões, que visam a ajudar os pesquisadores. A atuação das bibliotecas norte-americanas e canadenses gerou ações mais diretas sobre a preparação dos pesquisadores em relação às práticas predatórias. Outro aspecto interessante é que embora ocorram atuações diretas em fornecer informações aos pesquisadores sobre a publicação *Open Access* e opções de autoarquivamento, essas ações não se associam diretamente às práticas predatórias.

Owolabi *et al.* (2020) investigaram os conhecimentos dos bibliotecários(as) nigerianos sobre Periódicos Predatórios, o estudo contemplou cinco universidades, onde aplicaram um questionário com 50 bibliotecários e entrevistaram cinco bibliotecários, os mais experientes de cada instituição. Os resultados apontaram que os bibliotecários universitários nigerianos possuem conhecimento sobre e ou se informaram por diversos meios: literatura, na formação, contato com colegas, amigos e *e-mails* dos editores dos PPs.

As principais características associadas aos PPs são fragilidade/ausência da revisão por pares, resposta rápida com aceite da publicação, convites por *e-mail* para publicação, falsificação dos índices de citação, cobrança de taxas. Em relação aos motivos para publicar nesses periódicos, está a rejeição dos artigos pelas revistas de alto impacto e necessidade de publicar, tendo em vista promoções na carreira. O efeito negativo recai sobre a imagem dos nigerianos, causando receio e descrédito pela comunidade acadêmica (Owolabi *et al.*, 2020).

Kurt (2018) examinou as razões de os(as) autores(as) publicarem em periódicos predatórios em Acesso Aberto. Partindo de uma seleção aleatória da Lista de Beall, 50 títulos foram escolhidos e posteriormente 300 artigos publicados foram selecionados. Com isso, foram contatados por *e-mail* os respectivos autores correspondentes para responderem uma pesquisa no *Google Forms*, a fim de elucidar o motivo da escolha dos títulos. Desses, 96 responderam à pesquisa e às motivações de publicarem em periódicos predatórios em acesso aberto, sendo elas: **ameaça à identidade social**, os aspectos sociais e econômicos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são enfatizados, pesquisadores de países em desenvolvimento e países orientais não se sentem seguros para enviar suas pesquisas em revistas de alto impacto, seja pela barreira linguística, religiosa ou de interesse na pesquisa; **desconhecimento**, 68 pesquisadores desconheciam que os títulos eram predatórios e se sentiram prestigiados por receberem convites por *e-mail*; **alta pressão**, os pesquisadores são pressionados a publicar para manter seus vínculos ou manterem suas bolsas com instituições; **falta de proficiência em pesquisa**; conhecimento limitado sobre metodologia e questões éticas de pesquisa.

Demir (2018) menciona um recorte geográfico, com dados da sua pesquisa, ao afirmar que a maioria dos PPs **estão localizados em países em desenvolvimento**, corroborando com a pesquisa de Macháček e Srholec (2021), a qual se destina a avaliar pesquisadores da Turquia que tiveram artigos submetidos nesse tipo de periódico. Na introdução, o autor menciona que, junto à Índia e Nigéria, esses países são os que possuem maior número de pesquisadores com publicações em PP.

Para uma análise quantitativa, foram levantados dados de publicações do ano de 2017 em 832 periódicos predatórios, totalizando 24.840 artigos. A caracterização dos autores ocorreu por meio do endereço de contato identificado no artigo. Tendo em consideração que em alguns periódicos não eram fornecidos os dados do segundo e demais autores, considerou-se então a informação sobre o primeiro autor. Após um cruzamento dos dados de identificação dos autores, verificou-se que alguns deles **publicaram mais de uma vez no mesmo ou em diferentes periódicos no mesmo ano** de 2017. Isso corresponde ao seguinte: 24.840 artigos publicados em 832 periódicos e 22.764 pesquisadores foram listados como os primeiros autores desses artigos. Os resultados da pesquisa incluem a identificação de origem dos editores dos PPs analisados na pesquisa: 57,9% dos editores desse tipo de periódico estão localizados na Índia, 26,1% estão em países em desenvolvimento e 18% estão em países desenvolvidos (Demir, 2018).

Na segunda etapa da pesquisa, que utilizou um mix de métodos, na abordagem qualitativa, foram conduzidas entrevistas via *Skype* com 9% dos pesquisadores identificados. Os resultados dessa etapa revelam que entre as razões pelas quais os pesquisadores publicam em periódicos científicos pode-se citar: **aspirações para a promoção acadêmica; pagamento de subsídio de incentivo acadêmico; receio de perder o emprego e a pressão por produtividade de publicação; recusa de publicação em periódicos indexados e inadequação de habilidades de pesquisa; competição entre colegas** e, por fim, **a falta de consciência** (Demir, 2018). Esses fatores corroboram com resultados de outras pesquisas (Mills; Inouye, 2021) e outros que também evidenciam a pressão por quantidade e retratam o cenário de dificuldade pelo rigor e qualidade científica dos estudos.

3 Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa. Na fundamentação teórica foi realizada uma revisão narrativa da literatura, considerando pesquisas que possuem relação com o objeto de estudo. Para a coleta de dados foi realizado um *Survey* (levantamento), a partir de um questionário criado no Microsoft Forms, composto por 11 perguntas, sendo 10 objetivas e uma discursiva. O formulário foi enviado por *e-mail* para todos os programas de pós-graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina que possuem

curso de mestrado e ou doutorado, totalizando 57 cursos acadêmicos e profissionais. Além disso, a pesquisa foi noticiada no site da instituição. Destaca-se que o questionário utilizado não faz inferências que possam identificar os respondentes, não é solicitado nome, *e-mail*, nível do curso, nome do programa. Protegendo a identidade e a imagem dos respondentes, bem como, deixando os estudantes mais tranquilos para responderem a pesquisa. O período de coleta de respostas foi de 03/07/2024 a 20/08/2024, totalizando a participação de 357 discentes *Strictu Sensu*, de oito Centros de Ensino da UDESC. Cabe ressaltar que antes de sua aplicação, o instrumento passou por um pré-teste com três indivíduos que não fazem parte do universo de pesquisa, não sendo necessário a realização de ajustes nas questões.

4 Universo e amostra

O universo da pesquisa é composto por estudantes de pós-graduação *Strictu Sensu*, a amostra tem 357 estudantes dos programas de pós-graduação da UDESC. No contexto da UDESC, os discentes participantes da pesquisa estão vinculados a oito centros de ensino que possuem cursos de mestrado e doutorado, contemplando as seguintes áreas: Educação, Educação Inclusiva, História, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Gestão da Informação, Administração, Design, Design do Vestuário e Moda, Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Enfermagem, Zootecnia, Engenharia de Alimentos, Ciência e Engenharia de Materiais, Computação Aplicada, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Física, Matemática, Química, Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias, Fisioterapia, Ciências do Movimento Humano, Bioquímica e Biologia Molecular, Ciência Animal, Ciências Ambientais, Ciência do Solo, Engenharia Florestal, Produção Vegetal.

5 Resultados

A conscientização sobre o que significa uma Revista ou Periódico Predatório é o ponto de partida desta análise. Quando questionados se sabiam o significado dessa expressão, dos 357 respondentes, 244 (68%) afirmaram que **sim**, 60 (17%) optaram por **não tenho certeza** e 53 (15%) responderam **não**. Observa-se que ao menos a maioria dos participantes sabem, no entanto, que ainda existem discentes com dúvidas e a minoria desconhece

A próxima questão identificou se durante a formação do discente, seja no mestrado ou doutorado, esse foi alertado sobre a existência de periódicos predatórios, em sala de aula, entre orientador, colegas de grupos de pesquisas, nos eventos etc. Na Tabela 1 estão descritas as alternativas e a frequência com que foram indicadas pelos respondentes.

Observa-se a necessidade de continuar esse debate na universidade, independente do espaço, pois 143 alunos disseram que nunca foram alertados. Os que têm conhecimento sobre

o assunto ficaram sabendo com seus orientadores e grupos de pesquisa e nas disciplinas do mestrado e doutorado. O *folder* (digital) elaborado pela biblioteca chegou ao grupo menor de pessoas, bem como, as postagens em mídias sociais e palestras promovidas pelos programas e ou biblioteca. Assim, uma das ações por parte da biblioteca e dos bibliotecários é comunicar e publicizar mais o *folder*, de maneira sistemática, por exemplo, no início de cada semestre letivo, além de divulgar cartazes na universidade com *QR Code* para o *folder* (arquivo digital) e fazer *posts* nas mídias sociais a cada semestre, trimestre.

Tabela 1 – Alertas sobre os periódicos predatórios recebidos durante a formação no mestrado e doutorado

Alternativas indicadas pelos respondentes	Freq.
Não, nunca recebi alertas sobre isso	143
Sim, tomei conhecimento pelo meu orientador e/ou grupo de pesquisa no qual faço parte	102
Sim, nas disciplinas durante o curso de mestrado ou doutorado foi abordado esse tema	96
Sim, tomei conhecimento pelo folder elaborado pela BU UDESC, disponível no site da biblioteca	39
Sim, vi <i>posts</i> em mídias sociais da BU UDESC (Instagram, Facebook) sobre o tema	29
Sim, participei de palestras sobre o assunto, promovidas pelo meu Programa de Pós-Graduação	12
Sim, assisti à palestra promovida pela BU UDESC no seu canal no YouTube	6

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Outra questão abordou se os discentes já receberam convites por *e-mail* de diferentes revistas, periódicos ou editoras para publicar artigos e/ou trabalhos já publicados em eventos mediante o pagamento de uma taxa em reais ou outra moeda. A maioria dos participantes responderam que sim, **264 (74%)** discentes. Junto ao convite é informada a taxa cobrada pela publicação. Na figura 1, apresenta-se um convite recebido por *e-mail*, no qual o título sugere publicar um trabalho já apresentado e publicado em 2019.

Essa é uma prática antiética e característica de PP, inicialmente sugerem a publicação de um texto não original e desatualizado, no corpo do texto sugerem que o título está presente nos diretórios. Porém, no DOAJ, quando pesquisado por título, ou ISSN não é localizado. São insistentes na venda do “serviço” e publicação, deixam inclusive o contato do WhatsApp.

Figura 1 - Cópia de texto recebido por e-mail por um dos autores.

Querido autor,

Somos da [REDACTED]. Nossa revista já existe há 13 anos, e trabalha com publicações de artigos relevantes e com importantes contribuições para o desenvolvimento da ciência, em todas as áreas do conhecimento. Conheça nosso periódico em: [https://ojs\[REDACTED\]](https://ojs[REDACTED]).

Recentemente, chamou a atenção de nosso conselho editorial o artigo de sua autoria: "[REDACTED] [REDACTED]", publicado nos anais do "XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação".

Considerando a relevância do seu trabalho, com grande potencial de citações, e seguindo as diretrizes de avaliação de artigos, convidamos você a publicar seu artigo em nossa revista.

Um pouco mais sobre a:

- e-ISSN: [REDACTED]
- Qualis Capes 2017-2020: A4.
- Principais indexações: DOAJ, Latindex, SPELL, REDIB, DIADORIM e com índice H5 = 17.

Como nossa revista não possui patrocínio público ou privado, para manter a revista trabalhamos com uma taxa de publicação de R\$ 790 reais, que pode ser paga por Pix, depósito ou cartão de crédito em até 4x sem juros. Nesta taxa já está embutida a formatação, diagramação e registro do DOI do seu artigo.

Caso tenha interesse, por favor nos sinalize respondendo a este e-mail!

Tenha um ótimo dia! Foi um prazer convidar seu trabalho para fazer parte da nossa revista!

Caso precise, esse é nosso whatsapp: (41) 99664-[REDACTED].

Atenciosamente,

Equipe Editorial

Fonte: Mensagem recebida por e-mail (2024).

Recomenda-se aos autores que receberem esse tipo de convite verificar e confirmar as informações sobre Qualis, indexação, editores, processo editorial etc. Após isso, denunciar o título enviando cópia do e-mail recebido para coordenadores de área mãe da Capes, responsáveis pela avaliação do título. Fazer o mesmo processo com os responsáveis pelos diretórios ou bases de dados nos quais está indexada a revista, como DOAJ, Latindex, SPELL, Scielo, Scopus etc. Esse é um caminho para alertar os envolvidos sobre essas práticas antiéticas. Além disso, também pode consultar o PredaQualis, no entanto, nem todos os títulos estão nele.

Na sequência, foi questionado se o discente acessou o site da revista/periódico ou editora para ter mais informações. A maioria deles afirmou que não, **170 (64%)** participantes. É muito importante que os autores analisem criticamente as informações nos sites das revistas e

editoras, com foco no processo de avaliação, nas instituições e pessoas vinculadas à revista, nas políticas editoriais, ética, foco e escopo, indexadores etc.

Continuando, os **94 (36%)** discentes que responderam sim puderam indicar quais informações eles conferiram nos sites (Tabela 2). Nota-se uma preocupação com o Qualis, fato relacionado com a pressão de publicação na qual os alunos estão inseridos.

Tabela 2 - Informações consultadas pelos respondentes no site da revista

Alternativas indicadas pelos respondentes	Freq.
Qualis Periódico - classificação da revista na sua área de conhecimento	73
Indexação em bases de dados ou repositórios (Scielo, Scopus, Web of Science, DOAJ, entre outros)	44
Foco e escopo do título - perfil dos artigos publicados no último número	41
Membros da equipe editorial (editor(a), conselho editorial, pareceristas, instituição responsável pelo título)	36
Informações sobre avaliação, tempo de publicação e plágio	33

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Continuando, foi questionado se os alunos submeteram algum artigo após o recebimento deste convite por *e-mail*, considerada uma estratégia utilizada pelo PP. A maioria dos alunos informou que não, **sendo 246 (93%) deles, enquanto apenas 18 (7%) afirmaram ter submetido**. No decorrer, questionou-se os discentes que submeteram artigos, se esses receberam parecer com observações dos avaliadores, nove deles sim e nove deles não receberam.

Também foi questionado se tiveram o artigo submetido publicado, 15 informaram que sim apenas três não. Desses, 15 discentes que tiveram artigos publicados foi questionado a margem de valor pago pela publicação, configurando a seguinte frequência: acima de 100,00 reais (2), acima de 200,00 reais (3), acima de 300,00 reais (4), acima de 400,00 reais (3) e outros (3). Indiferente do valor pago pela taxa de publicação, nota-se o interesse de lucrar usando como meio o processo de comunicação científica.

Por fim, na única questão discursiva, os discentes puderam expressar dúvidas sobre o tema e ou comentários sobre a pesquisa. Por não ser obrigatório, apenas alguns discentes fizeram registros. O texto de algumas respostas merece destaque, em virtude de serem apresentados os *feedbacks* positivos sobre o levantamento e a necessidade de falar mais sobre,

foram selecionadas respostas nas quais os alunos evidenciam o fenômeno das PPs e suas problemáticas acadêmicas.

“Achei interessante que eu recebi e-mail assim que fui aprovada no programa. Eu tinha publicado como Iniciação Científica, e o e-mail já vinha me chamando de Dra. Pessoal da Europa. Perguntei onde me acharam e por que me chamaram de Dra., não tive resposta.” Discente A

“ [...] Uma vez fui verificar uma das revistas por curiosidade, já sabia o que era uma revista predatória e inclusive acho "ousado" quando me sugerem que eu pague para ser republicado, sem ineditismo, um artigo meu que já foi publicado em evento de graça! Quando dei uma inspecionada, encontrei um periódico que publicava de tudo junto, artigos de direito, medicina, publicidade... sem critério. Ficou marcado que vi um artigo de fisioterapia ou enfermagem que tinha cerca de 50 autores e era uma "revisão narrativa feita em grupo de facebook". Inspeccionando esse tipo de coisa se vê que não há muito rigor científico também, e para mim ajuda a caracterizar a revista predatória. O objetivo é publicar (porque é a entrada de dinheiro), não de fato compartilhar pesquisas de interesse para a comunidade científica.” Discente B

“Aconteceu uma vez de fazer uma publicação de capítulo de livro por essas editoras predatórias. Na época não sabia desse mercado dentro da academia. Depois que descobri, fiquei muito chateada. Até hoje recebo e-mails com muita frequência dessas "editoras" que "pinçam" artigos de anais de eventos e sugerem a publicação em uma revista, mediante o pagamento de determinado valor. Infelizmente, é um mercado muito lucrativo. E, ao mesmo tempo, danoso para a ciência.” Discente C

“Meu comentário é que publicações predatórias não precisariam ser uma preocupação tão grande se os PPGs não OBRIGASSEM seus alunos a publicarem. Métricas da CAPES, CNPQ, financiamento. Os alunos bem sabem toda a ladainha das justificativas. Mas a verdade é que um modelo em que se pressionar alunos e professores a X artigos por ano ou por ciclo é danoso, pois além de produzir ciência de pouca qualidade (infinitas revisões de literatura e estudos de casos super específicos que nada contribuem), essas exigências para se cumprirem dentro dos prazos contribuem para o problema, ao empurrar os atores para as margens do sistema, nomeadamente, as publicações predatórias e de baixa qualidade.” Discente D

“[...] muitos concursos de universidades consideram a publicação nestas revistas, na pontuação da prova de títulos.” Discente F

Revistas e periódicos predatórios não têm sido estimulados pelos PPGs e o sistema de avaliação desses? Não considero ético ter que pagar para ter um artigo publicado, menos ainda

publicar novamente um trabalho já publicado em anais de evento. Isso não configura plágio ou autoplágio? Discente G

A partir da exposição dos resultados, observam-se indícios de que os participantes da pesquisa conhecem sobre as práticas realizadas pelas PPs, bem como as consequências e os reflexos nas dinâmicas sociais no universo acadêmico, especificamente das relações entre produtividade científica e uso desses canais ilegítimos para tal fim.

6 Discussão

O fenômeno das publicações predatórias (PPs) representa um problema grave que deve ser enfrentado por toda a comunidade acadêmica e científica. É fundamental conscientizar especialmente os autores em formação, que estão no início de suas carreiras, além de coibir essa prática entre pesquisadores mais experientes, já familiarizados com as normas que regem o processo de comunicação científica. Conforme Habiba e Ahmed (2024), essa prática pode comprometer a imagem e a integridade acadêmica dos autores que recorrem a esses meios de comunicação não legítimos.

Quando os autores recebem convites *por e-mail* para publicar trabalhos já apresentados em Congressos e publicados nos Anais ou são instigados para submeter artigos em periódicos com práticas predatórias (rápida publicação mediante pagamento de taxas), alguns autores por desconhecimento, podem sentir-se prestigiados com esse tipo de convite, atesta Kurt (2018).

Essa estratégia de abordar os autores por *e-mail* com convites insistentes é muito comum, visto que 264 discentes confirmaram ter recebido esse conteúdo. Além disso, outra característica associada aos PPs está na fragilidade ou inexistência do processo de revisão por pares, considerado um dos pilares da ciência e da comunicação científica (Barreto Segundo, 2019; Berger; Cirasella, 2015; Grudniewicz *et al.*, 2019; Guimarães; Hayashi, 2023; Mainardes, 2020; Mira, 2023; Oliveira, 2017).

Zaccaron, Behnck e Beall (2024) explicam que o arcabouço científico é afetado e poluído quando produções publicadas em PPs são citadas em periódicos legítimos, isso gera crédito acadêmico não merecido, contribui para o aumento de títulos e artigos que reduzem padrões de qualidade, possibilita que artigos mal revisados ou não revisados fiquem acessíveis para a sociedade. Merga (2024) atesta que os estudantes devem ser desencorajados na utilização dos artigos publicados em PPs, visto suas possíveis fragilidades metodológicas.

Nesse sentido, faz-se pertinente um constante diálogo com a comunidade acadêmica, a fim de redimir essas lacunas de conhecimento e de noção acerca desses canais de informação não legítimos. Como apresentado nos resultados, a maioria dos respondentes, 143 estudantes

disseram que nunca foram alertados sobre a existência de PPs durante a sua formação (mestrado e doutorado).

Para mudar essa realidade, Bibliotecários(as) universitários(as) podem unir esforços com os docentes no sentido de promover ações de conscientização e formação, como palestras, oficinas, workshops, *black list*, cartilhas e outros materiais instrutivos (Buitrago-Ciro; Bowker, 2020; Habiba; Ahmed, 2024).

A comunicação científica deve ser abordada na formação do pesquisador e o debate acerca dos PPs deve ser constante. El Bairiet *al.* (2023) descrevem o potencial de cursos de formação *on-line* sobre ética, melhores práticas de publicação e metodologia de pesquisa. Nesse sentido, Owolabiet *al.* (2020) e Merga (2024) expõem que bibliotecários(as) podem auxiliar a comunidade acadêmica a identificar características dos PPs, como também, identificar e selecionar de periódicos legítimos em acesso aberto. Habiba e Ahmed (2024) explicam que as universidades podem criar listas internas para auxiliar os pesquisadores a reconhecer títulos que não devem ser escolhidos para publicar artigos.

Os autores devem ficar atentos aos periódicos com ampla cobertura temática, com publicações generalistas que perpassam Ciências da Saúde, Ciências Exatas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, com títulos chamativos e camaleônicos e as promessas de rápida publicação mediante o pagamento de taxas. É preciso ter um olhar crítico e amplo sobre todas as características do periódico (foco e escopo, indexação, fluxo editorial, diretrizes éticas, vínculos institucionais) antes de submeter o manuscrito. (Barreto Segundo, 2019; Grudniewicz *et al.*, 2019; Guimarães; Hayashi, 2023; Mainardes, 2020; Mira, 2023). Conforme constatado na pesquisa, 170 estudantes não acessaram o site do período ou editora para checar se as informações recebidas por e-mail são fidedignas, o que denota que essa não é uma prática institucionalizada pelos estudantes.

Especial atenção se faz necessária, em relação aos responsáveis pelo título (pessoas e instituições) e membros de conselhos editoriais. Downes (2024) identificou que algumas revistas predatórias raptam nomes de pessoas sem consentimento e que alguns indivíduos consentem com o empréstimo de seus nomes (reputação) para o uso de PPs, pois publicam neles.

Constatou-se que periódicos predatórios podem, eventualmente, possuir classificação no Qualis-Capes, conforme demonstram os estudos de Ferrari (2023) e Carmo, Rezende e Lobato (2024). Observou-se, ainda, que 73 estudantes adotaram, prioritariamente, o título com Qualis-Capes como critério de seleção, uma vez que essa classificação é um dos principais atributos utilizados na avaliação dos programas de pós-graduação. Além disso, as regras para atribuição do estrato Qualis-Capes estão descritas nos documentos específicos de cada área de conhecimento.

Destaca-se que a indexação de títulos em bases de dados renomadas é de extrema relevância, pois os principais índices de citação, como o *Journal Citation Reports* (Clarivate) e o CiteScore (Elsevier), estão vinculados às bases Web of Science e Scopus. Estar presente nessas bases amplia a visibilidade e facilita a recuperação dos artigos indexados, o que representa um fator crucial para o reconhecimento e o impacto das publicações.

Embora essas bases de dados sejam cuidadosas e criteriosas na indexação dos títulos que integram suas coleções, Fernandes (2022), em sua pesquisa, localizou periódicos predatórios presentes na Scopus e Web of Science. Nesse sentido, Banker *et al.* (2023) alertam que mesmo utilizando bases de dados confiáveis para revisões sistemáticas como Scopus, Web of Science, Embase, PubMed, Ovid Medline, é possível que sejam recuperados artigos publicados em periódicos predatórios.

Nas falas dos estudantes descritas nos resultados, evidencia-se que o crescimento das publicações predatórias está diretamente relacionado ao produtivismo acadêmico. Essa alta pressão por resultados privilegia a quantidade em detrimento da qualidade. O volume de publicações influencia a distribuição de bolsas de pesquisa, a progressão na carreira docente e a concorrência por vagas em concursos públicos. Nesse contexto, muitos autores recorrem a revistas predatórias por acreditarem que seus artigos não seriam aceitos em periódicos de alto impacto, bem como por temerem perder o emprego, pela falta de habilidades adequadas de pesquisa ou pelo desconhecimento sobre comunicação científica e ética na ciência (Demir, 2018; Kurt, 2018; Owolabi *et al.*, 2020).

Pesquisadores, docentes, discentes, bibliotecários(as), editores, editoras (empresas), universidades e agências de fomento à pesquisa devem propor ferramentas e estratégias para enfrentar as publicações predatórias (PP). Interesses particulares não devem se sobrepor à ética e à transparência na comunicação da ciência (Guimarães; Hayashi, 2023). Sendo assim, a comunidade acadêmica e científica pode se fundamentar nas publicações e nos posicionamentos do Committee on Publication Ethics (COPE), que orientam como proceder em casos específicos e propõem diretrizes para editores e autores.

Fica evidente um certo desconforto dos discentes em relação à pressão por publicar, seja durante o mestrado e ou doutorado, essa demanda é um reflexo do sistema nacional de avaliação dos programas de pós-graduação, que, em sua maioria, são mensurados pelas suas produções científicas e acadêmicas oriundas dos docentes e discentes. Existem universidades que contabilizam publicações em periódicos predatórios, seja em processos de seleção, na concessão de bolsas ou na promoção de carreiras, tornando desleal a concorrência entre os autores que publicam em periódicos legítimos e aqueles que publicam em periódicos predatórios.

Deve-se tomar o cuidado de não associar o pagamento de APC (*ArticleProcessing Charges*) e acesso aberto exclusivamente a periódicos predatórios. Entende-se que cada área de pesquisa apresenta peculiaridades em relação à produção e comunicação científica, por exemplo, não é possível comparar a cultura de publicação da Ciências da Saúde com Ciências Humanas, visto as complexidades intrínsecas de cada campo.

Os PPs comprometem a credibilidade da ciência e mácula a comunicação científica em detrimento do lucro com a publicação de artigos, uma vez que não são respeitados os processos de avaliação consolidados e institucionalizados na atividade científica. Os danos causados por esse fenômeno são sentidos pela sociedade, uma vez que a ciência se desenvolve com sua prática e com a comunicação dos resultados com pares.

7 Considerações finais

Considera-se que os objetivos propostos no artigo foram alcançados na medida que os resultados evidenciam que a maioria dos participantes conhece o sentido da expressão “periódicos predatórios”, sendo que a maior parte deles recebeu convites por *e-mail* para publicar nesses canais de comunicação mediante pagamento de taxas. É importante frisar que 143 discentes afirmaram que nunca foram alertados sobre os PP durante o mestrado e doutorado. As atividades desenvolvidas pela BU Udesc como *folder*, palestra e publicação de conteúdos nas redes sociais teve baixo alcance, conforme constado. Além de consultar o site das revistas, os alunos se interessaram em verificar o Qualis Capes dos títulos, e em segundo plano, a indexação dos títulos em bases de dados e diretórios. Dos 357 discentes que responderam à pesquisa, apenas 15 publicaram artigos em periódicos predatórios. As publicações predatórias prejudicam a imagem e a integridade acadêmica dos autores que neles publicam.

Os principais motivos para autores publicarem em periódicos predatórios abarcam os seguintes fatores: promoção acadêmica e profissional, recusa de publicações em periódicos de alto impacto, desconhecimento e ou falta de consciência sobre o PP, pressão por publicar (produtividade), medo de perder o emprego, competição entre os pares, habilidades de pesquisa limitadas, conhecimento insuficiente sobre ética, metodologia da pesquisa e comunicação científica.

Para enfrentar esse problema e conscientizar a comunidade acadêmica, recomenda-se o desenvolvimento de cursos, oficinas e *workshops* que abordem ética, metodologia da pesquisa e melhores práticas de publicação. Além disso, podem ser criadas ou fornecidas listas de verificação dos títulos predatórios e fornecidas orientações por peritos em periódicos e bibliotecários(as). O trabalho em conjunto de docentes e bibliotecários pode ajudar na

conscientização da comunidade acadêmica, auxiliando na escolha de títulos legítimos para divulgação das pesquisas.

Os resultados revelam a necessidade de uma análise, por parte dos autores, cada vez mais cuidadosa, ao receberem convites para submissão em revistas acadêmicas, nesse sentido, materiais de suporte elaborados por profissionais qualificados serão imprescindíveis. Embora cientes sobre o dinamismo das PPs no contexto da ciência, os pesquisadores ainda estão susceptíveis ao risco de submissão nesse tipo de periódico, para isso há forte recomendação de verificar informações sobre Qualis, indexação, editores e políticas editoriais, a maioria dos discentes não acessa os sites das revistas para obter essas informações. Esses periódicos, embora alguns possam estar indexados em bases de dados renomadas, apresentam características suspeitas, como a ausência de revisão rigorosa por pares e foco temático abrangente e genérico. Corroborando com outros estudos empíricos apresentados ao longo do manuscrito, os resultados demonstraram haver também uma pressão sobre os participantes desta pesquisa no que se refere à publicação, o que pode levá-los a considerar publicações de menor qualidade. Isso evidencia um problema sistêmico, no qual a exigência de produção acadêmica acaba contribuindo para a proliferação de práticas editoriais antiéticas.

A atuação dos profissionais bibliotecários, no que se refere ao combate à disseminação de submissões em PP, centra-se na conscientização dos pesquisadores sobre a identificação de periódicos predatórios, contribuindo para manter a integridade científica e da ciência como um todo.

Diversas perspectivas podem ser utilizadas para explorar o fenômeno dos PPs, visto a escassez sobre a temática no Brasil, especialmente estudos empíricos que busquem evidenciar o cenário das pesquisas nacionais. Sugere-se para que em estudos futuros se utilize a lista de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias mapeadas pelo IBICT e identifique-se quem são os autores(as) que nelas publicam, caracterizando a área de formação, titulação acadêmica, vínculo institucional etc. Identificados os autores, é possível conhecer as suas motivações para publicar nesses canais. Ademais, outras bibliotecas podem se embasar nesse artigo para aplicarem formulários em suas comunidades, a fim de verificar como os docentes e discentes compreendem os PPs, para assim, traçarem atividades de conscientização e enfrentamento a essa problemática que afeta todos os campos de conhecimento.

Os resultados apresentados neste artigo não podem ser generalizados, considerando as limitações do estudo, no que tange ao número de participantes e ao perfil dos respondentes, considerando as particularidades e o comportamento de produção e comunicação científica de cada área do conhecimento.

Referências

- ANDRADE, D. A. F. de *et al.* Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias. In: ABEC MEETING 2023, 2023, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Abec, 2023. p. 1-7. Disponível em: <https://ojs.abecbrasil.org.br/index.php/abec/article/view/196/240> Acesso em: 1 ago. 2024.
- BARKER, T. H. *et al.* How should we handle predatory journals in evidence synthesis? A descriptive survey-based cross-sectional study of evidence synthesis experts. **Research Synthesis Methods**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 370-381, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jrsm.1613>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BARRETO SEGUNDO, J. de D. Práticas predatórias e anticientíficas em publicação científica. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 298–300, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17267/2238-2704.v9i3.2500>. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/2500> . Acesso em: 1 ago. 2024.
- BEALL, J. Predatory publishers are corrupting open access. **Nature**, [s. l.], v. 489, p. 179, 2012. DOI: <https://www.nature.com/articles/489179a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/489179a>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- BEALL, J. What I learned from predatory publishers. **Biochemia Medica**, Zagreb, v. 27, p. 273-278, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11613/BM.2017.029>. Disponível em: <https://www.biochemia-medica.com/en/journal/27/2/10.11613/BM.2017.029>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- BERGER, M.; CIRASELLA, J. Beyond Beall's List: Better understanding predatory publishers. **College & Research Libraries News**, Middletown, v. 76, n. 3, p. 132-135, mar. 2015. Disponível em: <https://crln.acrl.org/index.php/crlnews/article/view/9277/10342>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- BUITRAGO CIRO, J.; BOWKER, L. Investigating academic library responses to predatory publishing in the United States, Canada and Spanish-speaking Latin America. **Aslib Journal of Information Management**, [s. l.], v. 72, n. 4, p. 625-652, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/AJIM-03-2020-0089>. Disponível em: <https://doi-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1108/AJIM-03-2020-0089>. Acesso em: Acesso em: 2 ago. 2024.
- CARMO, F. A. do; REZENDE, S. O.; LOBATO, F. M. F. Predatismo no Brasil: um rx sobre periódicos nas indexações dos Qualis da capes usando técnicas de mineração de texto. **Episteme Transversalis**, Volta Redonda, v. 15, n. 1, p. 280-299, abr. 2024. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/3254>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- CARVALHO, E. S. de S.; SANTOS JÚNIOR, H. P. Publicar e perecer: ameaça das revistas predatórias à integridade científica. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.34649>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/34649>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CHEN, L. X. *et al.* An open automation system for predatory journal detection. **Scientific Reports**, [s. l.], v. 13, p. 2976, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-023-30176-z>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CORREA C. L. How to survive in the academic jungle? Protection strategies against predatory journals. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 35, p. 1-2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/fm.2022.35001>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/fisio/article/view/29176>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CORREA JÚNIOR, A. J. S. *et al.* Publicações predatórias e integridade na investigação em enfermagem: Breve olhar aristotélico da sabedoria-prática. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 6, n. 2, p. 1–8, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12707/RV21151>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/referencia/article/view/31015>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CRANLEY, L.; EL-MASRI, M. The growing challenge of predatory publishing: a call for action. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 32, p. 1-5, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-E004en>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/h89Zf66t7Z55Spvwgm5GNvf/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 1 ago. 2024.

DEMIR, S. B. Predatory journals: Who publishes in them and why? **Journal of Informetrics**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 1296-1311, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2018.10.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751157718301962>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DOWNES, M. The stock characters in the editorial boards of journals run by predatory publishers. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 37, n. 3, e1608, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1608>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/leap.1608>. Acesso em: 20 ago. 2024.

EL BAIRI, K. *et al.* Distance education as a tool to improve researchers' knowledge on predatory journals in countries with limited resources: the Moroccan experience. **International Journal for Educational Integrity**, [s. l.], v. 19, p. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40979-023-00122-7>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERNANDES, J. R. M. **O impacto dos periódicos predatórios nos estudos científicos em química**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2022. Disponível em: <https://bdtd.ufm.edu.br/bitstream/123456789/1480/1/Dissert%20Jihann%20R%20M%20Fernandes.pdf> Acesso em: 1 ago. 2024.

FERRARI, C. K. B. Periódicos predatórios na área de educação: como reconhecer falsas revistas? **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 66, p. 1-16, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n66.23412>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-92782023000300107&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 1 ago. 2024.

GRUDNIEWICZ, A. *et al.* Predatory journals: no definition, no defense. **Nature**, [s. l.], v. 576, n. 12, p. 210 - 212, dez., 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-03759-y>. Acesso em: 1 ago. 2024.

GUIMARÃES, J. A. C.; HAYASHI, M. C. P. I. Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 21, e023003, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671811>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8671811>. Acesso em: 18 ago. 2024.

HABIBA, U.; AHMED, S. M. Z. Understanding and Mitigating the Menace of Predatory Journals: Perspectives of University Teachers in Bangladesh. **Journal of Academic Ethics**, [s. l.], 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10805-024-09538-3>. Disponível em: <https://doi-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10805-024-09538-3>. Acesso em: 20 ago. 2024.

JOHNKENNEDY, N.; CHIDOZIE, NJ Predatory Journals in Scientific Research: A Great Challenge. **Journal of Case Reports in Medical Science**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1–4, 2023. DOI: [10.56557/jocrims/2023/v9i18135](https://doi.org/10.56557/jocrims/2023/v9i18135). Disponível em: <https://ikprress.org/index.php/JOCRIMS/article/view/8135>. Acesso em: 13 fev. 2025.

KURT, S. Why do authors publish in predatory journals? **Learned Publishing**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 141-147, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1150>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1150>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MACHÁČEK, V.; SRHOLEC, M. Retracted article: Predatory publishing in Scopus: evidence on cross-country differences. **Scientometrics**, [s. l.], v. 126, p. 1897–1921, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03852-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03852-4#citeas>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MERGA, M. K. Understanding ‘Predatory’ Journals and Implications for Guiding Student and Client Information Seeking. **Journal of Library Administration**, [s. l.], v. 64, n. 6, p. 682–694, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/01930826.2024.2371275>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01930826.2024.2371275>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MILLS, D.; INOUE, K. Problematizing ‘predatory publishing’: A systematic review of factors shaping publishing motives, decisions, and experiences. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 89-104, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1325>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/leap.1325>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MIRA, B. S. de. Periódicos predatórios. **Atoz**, Curitiba, v. 12, p. 1-4, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v12i.94187>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/94187> Acesso em: 1 ago. 2024.

OLIVEIRA, R. L. Órfãos de Jeffrey Beall: revistas predatórias e outras iniciativas igualmente perniciosas para a pesquisa e para a pós-graduação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 4, p. 4-5, out. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000400002>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000400002&lng=pt&nrm=iso#:~:text=http%3A//dx.doi.org/10.21800/2317%2D66602017000400002%C2%A0. Acesso em: 1 ago. 2024.

OWOLABI, K. A. *et al.* Awareness and knowledge of predatory journals among academic librarians in Nigerian universities. **The Serials Librarian**, [s. l.], v. 79, n. 1-2, p. 82-90, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/0361526X.2020.1830225>. Disponível em: <https://doi-org.ez74.periodicos.capes.gov.br/10.1080/0361526X.2020.1830225>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SCHIRA, H. R.; HURST, C. University students' knowledge of potentially predatory journals: A focus group analysis. **The Journal of Academic Librarianship**, [s. l.], v. 50, n. 5, p. 102926, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2024.102926>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133324000879?via%3Dihub>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ZACCARON, R.; BEHNCK, V. P.; BEALL, J. Não acho que devemos “combater” editores predatórios: uma entrevista com Jeffrey Beall. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 29, p. 01–07, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e97928>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97928>. Acesso em: 1 ago. 2024.